



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU:**

**FUNDAMENTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

ANA CLEIDE DE MEDEIROS

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS PERSPECTIVAS DO PACTO
NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: um estudo de caso**

**PRINCESA ISABEL - PB
JULHO/2014**

ANA CLEIDE DE MEDEIROS

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS PERSPECTIVAS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: um estudo de caso

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira da Silva

PRINCESA ISABEL - PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M488a Medeiros, Ana Cleide de
Alfabetização e letramento nas perspectivas do Pacto Nacional
pela Alfabetização na Idade Certa [manuscrito] : um estudo de
caso / Ana Cleide de Medeiros. - 2014.
47 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade
Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa,
2014.

"Orientação: Prof. Dr. José Pereira da Silva, Psicologia".

1.PNAIC. 2.Professor. 3.Letramento. I. Título.

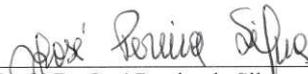
21. ed. CDD 372.41

ANA CLEIDE DE MEDEIROS

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL
PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba em convênio com a Secretaria de Educação Estado da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

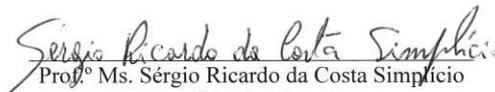
Aprovada em 26 de julho de 2014



Prof.º Dr. José Pereira da Silva
Orientador



Prof.º Ms. Jurani Clementino Oliveira
Examinador



Prof.º Ms. Sérgio Ricardo da Costa Simplicio
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e coragem que me proporcionou. Aos meus amigos de sala que compartilharam comigo momentos de alegria e de aflição, aos meus familiares, em especial meu esposo Sales Leandro de Medeiros e aos meus filhos. Especialmente a todas as pessoas da UEPB, na pessoa do meu orientador Dr. José Pereira da Silva, que participaram da execução desta especialização.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo apresentar uma análise sobre o projeto do Governo Federal (PNAIC) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, através de estudo de publicações em seu site, portal do MEC. Uma das questões que discutimos foi à forma como o projeto apresenta a alfabetização, em especial, sua perspectiva sobre o processo de letramento. Para a realização da pesquisa (estudo de caso) utilizamos como banco de dados o material disponibilizado pelo Governo Federal referente ao programa, a exemplo dos cadernos de formação continuada dos professores alfabetizadores que apresentam discussões sobre o programa. Constatamos que a proposta do Governo Federal para o PNAIC possui um aporte teórico bem substancial e bem disseminado já que foi implantado com uma base de dados que garante acesso a todos os participantes do programa. Os professores que não estiverem devidamente vinculados ao programa, também podem acessar e ter a possibilidade de entrar em contato com todas as informações presentes no site. Nas discussões teóricas levantadas no manual e nos cadernos de formação dos professores, os autores dos materiais teóricos destacam a importância de se alfabetizar letrando, seguindo as propostas de autores variados como Magna Soares, contudo, ainda pontuam em alguns momentos a relevância da alfabetização como conhecedor de códigos, mas sempre destacando a necessidade de haver um equilíbrio entre o letramento e a alfabetização.

PALAVRAS CHAVES: PNAIC; Professores; Formação

ABSTRACT

This study aimed to present an analysis of the project of the Federal Government (PNAIC) National Pact for Literacy in the Age One, through study of publications on its website, the MEC portal. One of the issues we discussed was the way the project has literacy, especially, his perspective on the literacy process. For the research (case study) used as database the material made available by the Federal Government regarding the program, like the notebooks of ongoing training of literacy teachers have discussions about the program. We found that the proposal of the Federal Government for PNAIC has a very substantial theoretical framework and well disseminated since it was deployed with a database that provides access to all program participants. Teachers who are not properly linked to the program can also access and be able to get in touch with all information on the site. In theoretical discussions raised in the manual and in the terms of teacher training, the authors of the theoretical materials highlight the importance of literacy letrando, following the proposals of various authors such as Magna Soares, however, still punctuate at times the importance of literacy as knowledgeable codes, but always emphasizing the need for a balance between literacy and literacy.

KEYWORDS: PNAIC; Teachers; Training

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1: O PNAIC: CARACTERÍSTICAS E ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA.....	13
1.1 Uma breve apresentação do PNAIC e suas relações com as políticas globais...	13
1.2 O Portal: pacto.mec.gov.br	17
1.3 Sobre professores: orientadores e alfabetizadores.....	19
CAPÍTULO 2: OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS SOBRE OS EIXOS PREVISTOS PELO PNAIC.....	27
2.1 Formação Continuada de Professores Alfabetizadores.....	27
2.2 Materiais Didáticos.....	28
2.3 Avaliação.....	32
2.4 Controle e Mobilização social.....	36
CAPÍTULO 3: PERSPECTIVAS DO PNAIC SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45

A importância do papel do professor na sociedade atual é indiscutível. Seja aquele que ensina a ler e escrever, a cuidar da saúde das pessoas, a organizar uma empresa, a tocar um instrumento ou a desenvolver uma fórmula química. Não importa o seu objeto de ensino, o professor é quem organiza um determinado conhecimento e dispõe de uma certa maneira de propiciar boas condições de aprendizagem. Os professores são peças-chave para que o conhecimento continue a ser construído e desenvolvido no mundo. À medida que as sociedades se modernizam e se complexificam, cresce a demanda por professores das diversas áreas de conhecimento. Esses precisam ser cada vez mais preparados para acompanhar as inúmeras transformações da sociedade contemporânea.

Andrea Tereza Brito Ferreira (in: BRASIL, 2012)

INTRODUÇÃO

Quais são as perspectivas teóricas e metodológicas relacionadas à alfabetização e ao letramento presentes no PNAIC? Como suas propostas se relacionam ao cotidiano escolar e as formas de avaliação propostas pelo MEC? Estas são as perguntas que pretendemos responder ao final deste trabalho monográfico.

As estatísticas nacionais sobre o ensino e o desenvolvimento das habilidades e escritas do alunado brasileiro deixam a desejar, já que seus resultados, sob várias perspectivas, igualam o Brasil a países bem menos desenvolvidos economicamente e nos fazem questionar o porquê de nosso ensino público não está conseguindo promover as habilidades essenciais para o convívio cotidiano da sociedade brasileira.

A Silvia Colello (2003) demonstra que dados do INEP apontam para uma situação crítica ou muito crítica nos resultados dos alunos de 4ª série do Ensino Fundamental, que mesmo estando presentes na escola por mais de três anos, os alunos não possuem garantias de acesso autônomo às práticas sociais de leitura e escrita.

Independente do vínculo escolar, essa mesma tendência parece confirmar-se pelo “Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional” (INAF), uma pesquisa realizada por amostragem representativa da população brasileira de jovens e adultos (de 15 a 64 anos de idade): entre 2000 entrevistados, 1475 eram analfabetos ou tinham pouca autonomia para ler ou escrever, e apenas 525 puderam ser considerados efetivos usuários da língua escrita (COLELLO, 2003, p.7).

Devido a esta realidade o Governo Federal implementou medidas e projetos que pudessem, em um determinado espaço de tempo, amenizar e até mesmo sanar esta problemática através do que denominou de Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A proposta é desenvolver nas crianças em idade escolar as habilidades relacionadas à alfabetização. Nossa questão configura-se, então, em analisar esta perspectiva de alfabetização do governo procurando avaliar suas propostas teórico/metodológicas expostas na documentação referente ao PNAIC e nas imagens e áudios apresentados pelo MEC no site vinculado diretamente ao projeto.

Nosso interesse por esta pesquisa partiu da convivência com o programa que foi implantado nas séries iniciais da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Iracema Marques - localizada no município de Princesa Isabel-PB, onde pudemos

acompanhar, apesar de não estar no ano de 2013 lecionando nas séries iniciais, a chegada do Pacto em nossa instituição.

De nossa parte existia uma inquietação sobre a falta de conclusão do processo de letramento do alunado e a forma como acabavam adiando as várias etapas do processo de alfabetização que deveria ser cumprida em um período de tempo inferior ao que normalmente costumamos observar. Com o aprofundamento das disciplinas cursadas durante a Especialização, surgiu a possibilidade de investigarmos e analisarmos as propostas deste programa encaminhado às escolas pela utilização de dois termos marcantes em sua denominação: *alfabetização*¹ e *idade certa*.

Neste trabalho identificamos e questionamos quais são as perspectivas do governo em relação à alfabetização e qual seria a sua conceituação sobre a “Idade certa”. Existiria realmente uma idade certa em que se possa exigir o desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão e produção textual? Ou é a nossa sociedade que hoje trás outros e inúmeros atrativos aos olhos e movimentos dos alunos não reserva mais espaço para a capacidade de concentração e a disponibilidade deste alunado de séries iniciais direcionarem seu raciocínio para a possibilidade de aprender a ler, escrever e compreender a língua corrente e formal/ informal de nosso país?

Para a realização de nossa pesquisa selecionamos a documentação referente ao PNAIC, presente no site do MEC, composta de documentos oficiais, como portarias, materiais didáticos e vídeos conferências. Trabalhamos com estas fontes de forma direta prestando atenção às interfaces textuais, em especial, comparando o discurso escrito e o falado presente nas imagens (no caso dos vídeos conferências), destacando as propostas relacionadas ao letramento e as formas de avaliação proposta do PNAIC.

Nossa pesquisa objetivou analisar as relações entre a teoria apresentada na língua portuguesa sobre escrita e leitura e as ideias desenvolvidas e identificadas como prática pedagógica no projeto do PNAIC, procurando perceber o conteúdo do discurso e as intenções do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Nesta análise mais aprofundada do documento, procuramos contribuir de uma forma direta para o seu desenvolvimento em nossa unidade escolar.

¹ Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e da escrita (COLELLO, 2003, p. 3).

O PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) foi implementado através da Portaria nº867 de 4 de julho de 2012, que estabelece uma série de metas e propostas de desenvolvimento e instrumentalização das salas de aula das primeiras series iniciais do Ensino Fundamental para que possam servir de mecanismos para o despertar do processo de leitura e escrita nas crianças em idade escolar.

Partimos do princípio de que toda fala escrita ou discurso trata-se de uma atividade política e gera uma fonte documental que deve ser analisada. Dessa forma, os estudos na área da pedagogia há tempos, vem se dedicando a análise das políticas públicas de ensino, com o propósito de construir ideias e conceituações sobre estas ações políticas que possam explicar o passado, em determinados casos. Dessa forma, optamos por fazer um estudo de caso sobre o PNAIC, observando suas perspectivas teóricas em relação à alfabetização e ao letramento.

Como discutimos acima, o cenário nacional obviamente solicitam das instituições governamentais medidas que possam desenvolver e equacionar a problemática da “alfabetização letrada” no país e em nossa localidade. E é exatamente por observarmos esta realidade (em relação às dificuldades de aprendizado de nosso alunado) e estar acompanhando a implementação do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa em nossa escola que nos propomos a fazer esta avaliação para colocar em prática da melhor maneira possível as propostas que nos foram encaminhadas pelo Governo Federal via Governo do Estado. Para tanto, temos plena consciência de que só podemos realizar esta atividade se conhecermos os reais interesses e perspectivas teórico/metodológicas presentes neste novo programa.

Nossa reflexão partiu das discussões levantadas desde a década de 80 do século XX, sobre alfabetização e letramento, onde Sílvia Colello (2013) demonstra que há correntes teóricas que divergem sobre a utilização do termo letramento, como tanto para autora como a professora Emília Ferreiro (2001), o letramento já faz parte da própria alfabetização e desassociá-los seria um retrocesso. Contudo outros autores como a própria Colello (2003) destaca a importância do referencial teórico na perspectiva do letramento e sintetiza a discussão na direção da necessidade de **alfabetizar letrando**.

Para nossa pesquisa recorreremos as referências de Magna Soares (2001) que nos apresenta suas perspectivas sobre o letramento, destacando a importância de se alfabetizar letrando, essa autora, através de suas produções nos possibilitou uma

compreensão do processo histórico de desenvolvimento desta perspectiva ressaltando o poder que a habilidade de ler e compreender trás ao ser social.

Para a autora Kleiman (1995, p.271), há uma dimensão de poder envolvida no processo de aculturação efetivado na escola:

Aprender – ou não – a ler e escrever não equivale a aprender uma técnica ou um conjunto de conhecimentos. O que está envolvido para o aluno adulto é a aceitação ou o desafio e a rejeição dos pressupostos, concepções e práticas de um grupo entre as quais se incluem a leitura e a produção de textos (KLEIMAN, 1995, p.271).

Seguindo esta proposta de letramento como uma forma de aquisição de poder e mudança no comportamento dos que se inserem nesse novo espaço, destacamos a relevância do texto de Freire (1982), **A importância do ato de ler**, como uma de nossas bases para o desenvolvimento das reflexões sobre a alfabetização e o letramento.

Ao refletimos sobre as políticas educacionais selecionamos o texto de Mainardes (2009), **Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas**, onde o apresenta algumas considerações teórico-metodológicas sobre a análise de políticas educacionais. Vejamos:

Busca-se demonstrar que o debate acerca dessas questões, apesar de relevante e necessário, é ainda escasso no contexto brasileiro. Dessa forma, destacasse a importância de se ampliar o diálogo com abordagens e referenciais analíticos que têm sido empregados em outros países, com a finalidade de aprofundar e expandir as bases teóricas que têm fundamentado as pesquisas brasileiras desse campo. A partir das ideias de alguns autores (Bowe et al., 1992; Rhodes e Marsh, 1992; Ball, 1994; 2007; Taylor, 1997; Fulcher, 1999; Muller, 2000; Muller e Surel, 2002; Olssen et al., 2004; Lingard e Ozga, 2007), busca-se indicar que a pesquisa de políticas educacionais, comprometida com uma perspectiva crítica e dialética, demanda uma investigação abrangente e aprofundada do conjunto de influências que atuam no processo de formulação de políticas, tais como: influências globais/internacionais, agências multilaterais, arquiteturas políticas nacionais e locais, indivíduos, grupos, redes políticas, entre outros. Dentre essas, o texto destaca o papel das redes políticas no processo de disputa por influências, argumentando que tais redes podem ter objetivos diferenciados e que a noção de redes políticas pode ser útil para se compreender a correlação de forças e as disputas que envolvem a definição de políticas e o processo decisório (MAINARDES, 2009, p.1).

Com o auxílio destes autores elaboramos as páginas seguintes que compõem nossa monografia. Refletindo, ainda sobre o método selecionado onde percebemos que a pesquisa configura-se como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e

uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente” (Miotto e De Lima (2007), que visa uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade.

Quanto ao procedimento técnico ela se caracteriza como uma **pesquisa bibliográfica** por ter trabalhado com fontes bibliográficas e midiáticas, nos encaminhando para a realização de uma atividade qualitativa, que considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e o sujeito. Segundo Miotto e De Lima (2007), “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos, de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (p.38). Ela ainda pode ser classificada como uma **pesquisa básica** ou pura, se repensarmos suas características quanto à natureza – objetiva a produção de novos conhecimentos, úteis para o avanço da ciência, sem uma aplicação prática prevista inicialmente.

Dessa forma, percebemos que não há uma definição metodológica simples, temos de refletir sobre os vários aspectos e ângulos variados vinculados a nossa pesquisa. Contudo, destacamos que trabalhamos com fontes escritas documentais destacando suas relações entre o meio social no qual foram produzidas e o nosso lugar social que irá suscitar as questões e reflexões que desenvolvemos com nosso trabalho.

Nosso trabalho monográfico está desenvolvido em três capítulos: no primeiro consideramos necessário contextualizar as atuais perspectivas teóricas sobre o processo de alfabetização e letramento; no segundo capítulo discutimos as definições e as respectivas correntes teórico/ideológicas vinculadas à ideia de alfabetização presentes no PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa); e no terceiro capítulo analisamos o discurso presente nos documentos e materiais didáticos, considerando a proposta de avaliação do alunado beneficiado com o PNAIC.

CAPÍTULO 1

O PNAIC : CARACTERÍSTICAS E ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO DO PNAIC E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS GLOBAIS

O Brasil vive um processo conjunto de transformação do Ensino Público em torno da perspectiva de promover a alfabetização e o letramento do alunado através de políticas públicas de ensino. Dessa forma, uma das propostas do atual Governo Federal se destina à alfabetização na Idade Certa das crianças regularmente matriculadas nas series iniciais do Ensino Fundamental que deveriam alcançar a habilidade de ler e compreender o que está escrito, além de, conseguir, expressar através da escrita o que pensa.

Uma das questões que ressaltamos neste processo de investimento por parte do Governo Federal na promoção da escrita é que há nos dias atuais uma cobrança maior por parte dos órgãos internacionais de fundos e investimentos em uma contrapartida dos países emergentes em desenvolvimento social para que estes possam fazer parte de forma completa e influente das decisões e compensações financeiras do mercado econômico global. Assim, temos plena consciência de que políticas públicas como o PNAIC, surgem de uma perspectiva globalizante da sociedade. Não há decisões governamentais isoladas da economia e do restante do mundo. Vivemos as consequências das políticas globais de desenvolvimento social e econômico, a Globalização.

Assim, ao propor uma ação em forma de medida provisória o governo procura sanar uma deficiência de séculos de ineficiência e exclusão no Ensino Público Fundamental. Processos como a escravidão, e a pobreza extrema de grande parte da sociedade brasileira dos séculos XVIII ao XX, marcaram as características da sociedade e de nosso alunado respectivamente, de forma que ideias não tão novas como a revolução a partir do ato de ler se tornem alvo de discussões e leis, ainda no século XXI. Seja por questões globais, econômicas ou eleitoreiras é muito importante para o governo e conseqüentemente para a sociedade, a percepção da necessidade do ato de ler. Uma proposta de Paulo Freire publicada pela primeira vez em 1921 e que, de certa forma, infelizmente se torna algo extremamente relevante de ser discutido haja vista que, ainda

buscamos a ressignificação desta discussão teórica em prática constante da nossa sociedade. E não uma novidade a ser explorada com a expectativa de finalmente equilibrarmos as práticas educativas do Ensino Público Fundamental.

Contudo o PNAIC vem com esta expectativa de ser uma política pública que consiga ser implementada de forma satisfatória, mesmo tendo que transpor os âmbitos do planejamento federal (onde foi elaborado), da distribuição dos governos estaduais e a sua aplicação nos municípios. Em muitos casos, esta é a principal barreira que os cientistas que elaboram estes programas têm de enfrentar. Um país como o Brasil, com dimensões e diferenças continentais, recebe propostas pensadas em uma localidade específica e que em muitos casos não absorvem as peculiaridades e tradições das localidades.

Hoje, em certa medida, os espaços foram aproximados através das tecnologias desde transporte até a comunicação facilitou as práticas de interação entre aqueles que planejam e estudam as propostas de desenvolvimento para a educação e os professores que iram aplicar estes projetos *in loco* e terão de resolver na prática as suas dificuldades e obstáculos. Com o suporte tecnológico esta atividade pode se tornar menos isolada e ter a possibilidade de contar com a contribuição destes cientistas da educação durante a implementação e desenvolvimento do projeto. Dessa forma, o portal do PNAIC, torna-se uma ferramenta essencial e por isso, como destacamos na introdução, torna-se um importante documento para que possamos analisá-lo e observar que medidas e propostas o Governo Federal e conseqüentemente as políticas públicas de educação vinculadas a nossa sociedade globalizada, esperam como resultado da ação dos nossos professores.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um programa do Governo Federal, no âmbito do MEC que, de acordo com o documento “é um compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurarem que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade que coincide com o final do 3º ano do Ensino Fundamental” (BRASIL, p.11, 2012).

No manual do pacto (2012) é ressaltado que a alfabetização de todas as crianças brasileiras até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, quando completam a idade de 8 anos, constitui um compromisso do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, assim como constitui uma meta do novo Plano Nacional de Educação em discussão no Congresso Nacional.

O PNAIC, configura-se como uma continuação dos programas implementados durante o Governo Lula (2002-2010) e que trata a relação formação, trabalho docente e avaliação como estratégica para atingir melhores resultados nas avaliações nacionais, como é o caso da Prova Brasil, da Provinha Brasil e da prova que será aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aos alunos do 3º ano do ensino fundamental, a partir de 2014, que se configurará como uma avaliação externa anual para verificar o percurso de aprendizagem dos alunos.

Nessa direção, destaca-se que foram implementados programas de formação para os professores da educação básica que visavam à melhoria dos resultados nas avaliações nacionais, assim como ocorreu com o Pró-Letramento, destinado aos professores das séries iniciais do ensino fundamental que surgiu após a constatação pelo MEC da necessidade de melhorar os resultados obtidos no Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB) em 2003.

O Pró-Letramento, por exemplo, é considerado um programa educacional exitoso pelo MEC que contribuiu para que fosse tomado como referência para o Pacto Nacional. Sob a perspectiva da avaliação como mensuração, de fato, após o surgimento do Pró-letramento ocorreu à melhoria dos resultados educacionais, como pode ser observado a partir dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) e da Prova Brasil, apresentados na dissertação intitulada “**Política de Formação Continuada de Professores: a repercussão do programa Pró-letramento no trabalho de professores de escolas públicas**” (LUZ, Isa. Mestrado em Educação, UFPA, 2012).

Em relação ao IDEB, no ano de 2007, o índice foi de 4,2 e no ano de 2009 foi alcançado o índice de 4,6 nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Os resultados alcançados nas séries iniciais superaram as metas estimadas, que eram para o ano de 2007 de 3,9 e para o ano de 2009 de 4,2, o que indica a melhoria do sistema educacional brasileiro, ao menos em termos numéricos. No que se refere à Prova Brasil, registra-se que a nota média em 2007 foi de 4,8 e em 2009 de 5,2 nas séries iniciais, o que também indica numericamente, a elevação do nível de aprendizagem desses estudantes no âmbito nacional, considerando o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática de estudantes das séries iniciais (DA LUZ e FERREIRA, 2014).

No entanto, é preciso retomar a análise de que a avaliação nacional tem se pautado em parâmetro internacional único para “mensurar” a aprendizagem de estudantes de diferentes países e, isso engendra competição, *ranqueamento* entre países, escolas e professores.

No campo da legislação, registra-se que o pacto foi instituído pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, neste documento estão previstas as diretrizes gerais deste programa governamental. Neste campo destaca-se também a portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012, que define categorias para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do pacto; a medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do pacto e, a portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, que define o valor das bolsas dos participantes da formação continuada do Pacto.

Na portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 é relevante destacar três dos objetivos do Pacto Nacional elencados no artigo 5º:

- I- garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- III- melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- IV- contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores.

Os incisos I, III e IV ressaltados da portaria nº 867/2012 permitem que se observe a ênfase atribuída às áreas de conhecimento Língua Portuguesa e Matemática, tornando secundárias as demais áreas de conhecimento também importantes para a escolarização das crianças nesta idade de 8 anos; que o investimento na qualidade da educação visa a melhoria dos índices do IDEB e que os professores são considerados importantes nessa busca de melhores resultados educacionais.

Com base na análise de Freitas (2012), esta ênfase em Língua Portuguesa e matemática, além de limitar o campo de conhecimentos dos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental retira a autonomia dos professores, tendo em vista que, os pressionam a trabalhar intensivamente as áreas do conhecimento que serão avaliadas, para conseguir alcançar os resultados pretendidos nas avaliações de larga escala.

No que se refere às ações previstas para o Pacto, elas compreendem os seguintes eixos apresentados no artigo 6º da portaria nº 867/2012:

- I- formação continuada de professores alfabetizadores;
- II- materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais;
- III- avaliação e;
- IV- gestão, controle e mobilização social.

1.2- O PORTAL DO MEC

Como destacamos acima uma das ferramentas mais importante deste programa se configura no portal, um canal direto de comunicação, apresentação e discussão do projeto apresentado aos núcleos escolares mais variados do país, que como afirma a portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, tem como objetivo direto alfabetizar o público das séries iniciais do Ensino Fundamental na idade certa.

Fisicamente o portal se apresenta de forma bem organizada e de fácil utilização para os seus leitores. Este meio será manuseado por gestores das redes estaduais, municipais, coordenadores da ação nas diferentes localidades, professores orientadores, professores alfabetizadores e pelo público em geral que se interesse pela temática, esta abrangência de leitores pode ter instigado a uma melhor elaboração da forma de apresentar e construir espaços e textos a serem expostos no portal. Nossa primeira impressão é de um site bem organizado, já que suas seções são distribuídas através de um índice que nos encaminha a outros links e nos redireciona a documentos e vídeos procurados. Quanto ao índice ele se subdivide em:

- 1. O Pacto** (onde apresenta um breve histórico, as definições, e as metas do Pacto);
- 2. Documentos** (uma seção extensa, mas, repleta de documentos essenciais que comprovam a legalização da medida, entre eles portarias, medidas provisórias, e resoluções);
- 3. Cadernos de formação:** neste ponto se encontra todos os cadernos produzidos especialmente para a formação dos professores alfabetizadores. Eles estão com as capas separadas do conteúdo (necessários para a impressão na gráfica). Nenhuma pessoa envolvida na formação pagará por eles. A impressão e distribuição dos cadernos é responsabilidade do Ministério da Educação através do FNDE. O site publicou os materiais referentes ao ensino de português, faltando, ainda, os manuais de matemática. Há neste link, também uma sugestão de bibliografia de apoio com temáticas diferenciadas, apresentando textos para Download, artigos em PDF e referências bibliográficas diretas. Entre as temáticas de português se destacam as propostas sobre alfabetização e letramento, recursos didáticos, textos que discutem currículo, interdisciplinaridade, planejamento, organização de rotina no processo de alfabetização, a importância do lúdico e da literatura na alfabetização e a biblioteca escolar como espaço de ensino de língua portuguesa no processo de alfabetização.

4. Materiais didáticos: O Pacto propõe uma distribuição mais forte dos materiais avaliados e aprovados pelo PNLD, referentes a educação, desde livros didáticos e manuais para professores, a jogos educativos e softwares voltados, também, para a alfabetização, pois cada turma receberá um acervo, podendo criar uma biblioteca acessível a crianças e professores na própria sala de aula.

5. Gestão e Mobilização: apresenta de forma resumida como se organiza a estrutura do PNAIC, destacando as diferentes instancias e as suas respectivas formas de controle, observando a importância do sistema de monitoramento disponibilizado pelo MEC, o SisPacto, destinado a apoiar as redes e a assegurar a implementação de diferentes etapas do Pacto. Por fim, ressalta-se também a ênfase do MEC no fortalecimento dos conselhos de educação, dos conselhos escolares e de outras instâncias comprometidas com a educação de qualidade nos estados e municípios.

6. Avaliações: Trata um pouco das avaliações que serão desenvolvidas ao longo do curso, como serão disseminados os resultados , além de apresentar um material que discute um pouco sobre as perspectivas teóricas em torno da questão da avaliação.

7. Cronograma: descreve todas as etapas que foram seguidas, por coordenadores do Pacto nos municípios, professores orientadores e professores alfabetizadores desde o ano de 2012 quando se iniciou o projeto até dezembro de 2013. Devendo ser publicado no site o cronograma para este ano de 2014 e o ano de 2015. Lembrando que no link de documentos já se encontra um Documento Orientador para as ações a ser desenvolvidas no ano de 2014.

8. Webconferências: Este link temos a disposição as sete webconferências ministradas sobre o PNAIC, com a participação de gestores públicos e cientistas de ensino das várias áreas que abrangem o projeto.

9. Dúvidas frequentes: expõe as dúvidas mais frequentes relacionadas ao Pacto.

10. Universidades: Apresenta as Universidades responsáveis pela divulgação, coordenação dos cursos vinculados ao Pacto. O que nos deixou um pouco intrigados foi o fato do caso da Paraíba e conseqüentemente de Princesa Isabel ter o curso ministrado pela UFPE, ao invés da UFPB já que esta já tinha participado do Pró-Letramento.

11. Relatos da prática: (Aqui estão publicados os relatos sobre o Pacto em todo o Brasil, blogs, notícias em jornais, vídeos etc.).

12. Contatos: canais de comunicação

13. Fale conosco: canais de comunicação

Dentro do índice referente aos documentos se destaca o link que dá acesso ao Manual do Pacto (como destacamos acima, torna-se um importante instrumento de análise), com informações diversas sobre as propostas e programas, conteúdos e objetivos destinado à implementação do PNAIC. Através do manual podemos compreender como o Pacto pode e deve ser implementado nos estados e respectivos municípios do país.

É interessante perceber a conotação do termo selecionado para nomear o programa, “pacto” o que remete a um compromisso recíproco, entre o Governo Federal, os estados e os municípios. Esta noção de compromisso é extremamente relevante para o desenvolvimento do programa já que ele estabelece metas para serem alcançadas em um curto espaço de tempo, já que deve ser desenvolvido e avaliado entre os anos de 2012 e 2014.

Dessa forma, percebemos que o trabalho de elaboração e desenvolvimento do PNAIC foi e é extenso, de forma que o seu site reflete a intenção direta de fomentar a todas as escolas da rede pública de ensino a capacidade de alfabetizar seus alunos. Contudo, mais uma vez, ressaltamos as dificuldades apresentadas no Brasil devido a sua extensão e diversidade cultural que produz espaços específicos e problemas únicos vinculados a cada unidade de ensino.

1.3 - SOBRE PROFESSORES: ORIENTADORES E ALFABETIZADORES

Como discutimos acima, os professores que são indicados para a participação no PNAIC são preferencialmente os que já participaram de outros programas como o Pró-Letramento, o que indica uma continuidade dos projetos de desenvolvimento de ensino e alfabetização do Governo Federal. Dessa forma, o pacto procura alcançar o alunado na faixa etária coerente com a série escolar que cursa, mas acima de tudo preparar o profissional alfabetizador para o desenvolvimento das atividades e propostas indicadas pelo programa.

Os cursos são administrados por IES (em sua maioria Federais), que trabalham com os professores orientadores de estudos e estes, por sua vez, repassam as informações aos professores alfabetizadores. Não há predeterminação de carga horária de trabalho. O orientador de estudos deverá conciliar com suas atuais atividades com as do Pacto, tendo a disponibilidade para se ausentar para receber e repassar o curso de

formação. Este é um compromisso que o Estado ou o município assume com o MEC ao aderir ao Pacto.

Requisitos para ser Orientador (a) de Estudo como consta no site:

- I – ser professor efetivo da rede pública de ensino que promove a seleção;
- II – seja formado em Pedagogia ou ter licenciatura;
- III – ser professor ou coordenador do ciclo de alfabetizador do ensino fundamental há, no mínimo, três anos ou ter experiência comprovada na formação de professores alfabetizadores;
- IV – prioritariamente, ter sido tutor do Programa Pró-Letramento;
- V – ter disponibilidade para dedicar-se ao curso de formação e à multiplicação junto aos professores alfabetizadores.

Na falta de professores que preencham as exigências do MEC para serem orientadores (as) de estudos, a secretaria de educação deverá considerar o currículo, a experiência e a habilidade didática do candidato, selecionando o que preencher a todos os requisitos abaixo:

- I - Ser profissional do magistério efetivo da rede;
- II - Ser formado em pedagogia ou ter licenciatura; e
- III - Atuar há, no mínimo, três anos nos anos iniciais do ensino fundamental, como professor, coordenador pedagógico ou possuir experiência comprovada na formação de professores alfabetizadores.

Neste caso, é preciso justificar no Sispecto. O pessoal do MEC analisará cada caso e só autorizará os que preencherem estas exigências. Não pode haver troca de orientador de estudos por razões políticas ou outras que não estejam citadas aqui. O MEC só autoriza a substituição de Orientador de Estudo nas seguintes situações:

- a) Se o (a) Orientador (a) de Estudo selecionado não tem mais interesse em exercer esta função;
- b) Se o (a) Orientador (a) de Estudo selecionado não atende a um ou mais requisitos para seleção constante no Artigo 10º da Portaria MEC 1.458/2012.

O orientador de Estudo receberá a formação pela universidade parceira de 200 hs/a, e repassará aos professores alfabetizadores de sua rede. Todos terão o certificado da universidade. O curso de formação para os Orientadores de Estudos, de 200 horas, será ministrado pela universidade parceira e será composto da seguinte forma:

- Um (01) encontro de 40 horas (imersão), podendo ter variações a critério da universidade;
- Quatro (04) encontros de 24 horas cada um, totalizando 96 horas, podendo ter variações a critério da universidade;
- Seminários, atividades de monitoramento e planejamento, totalizando 64 horas.

Em seguida ao curso o orientador de Estudo tem sob sua responsabilidade uma turma com, no mínimo 25 e no máximo 34 professores alfabetizadores e receberão uma bolsa, como ajuda de custo, no valor de R\$765,00. Para tanto, ele não pode estar recebendo nenhuma outra ajuda financeira (bolsa) de programas federais.

Ele é o responsável por:

- Ministrar o Curso de Formação.
- Acompanhar a prática pedagógica de seus professores.
- Avaliar frequência.
- Manter registros de atividades.
- Apresentar relatórios à universidade.

Professores Alfabetizadores

O eixo principal do PACTO é a formação continuada do professor alfabetizador, por meio de curso presencial de 2 anos, com carga horária de 120 hs/a por ano. Este professor terá atividades aplicadas às suas turmas durante o curso. Os Requisitos para ser professor alfabetizador:

- Ter lecionado em qualquer turma do ensino fundamental em 2012;
- Ser professor de alguma turma do ciclo de alfabetização em 2013 (turmas de 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental de nove anos e/ou também em classes multisseriadas);
- Seu nome tem de constar no censo de 2012.

O curso de formação para os Professores Alfabetizadores é de 120 horas, o curso é presencial e tem dois anos de duração. Em 2013, a ênfase foi em linguagem e, em 2014, em matemática. Sendo ministrado pelos Orientadores de Estudos, e será composto da seguinte forma:

- Encontros mensais totalizando 84 horas, onde o número de encontros estará à critério da universidade;
- Seminários, totalizando 8 horas;
- Atividades extraclases, totalizando 28 horas;
- Aplicação de trabalhos nas turmas em que leciona.

Serão ofertados quatro cursos em turmas distintas:

- Um curso para professores do 1º ano do Ensino Fundamental
- Um para os docentes no 2º ano do Ensino Fundamental
- Um para os professores do 3º ano do Ensino Fundamental
- Um para docentes de turmas Multisseriadas.

Quando o número de docentes de um dos anos for muito pequeno, as turmas poderão ser constituídas de professores de diferentes anos do Ensino Fundamental. O curso é estruturado para permitir a melhoria da prática docente. Por isso, contém algumas atividades permanentes como a retomada do encontro anterior, com socialização das atividades realizadas, de acordo com as propostas, de trabalho em sala de aula, planejadas, análise de atividades destinadas à alfabetização e planejamento de atividades a serem realizadas nas aulas seguintes ao encontro. Este professor receberá uma bolsa, de ajuda de custo, no valor de R\$ 200,00. Todos terão o certificado da universidade. Professores alfabetizadores que não foram cadastrados no censo escolar de 2012 poderão fazer o curso e receber o certificado da universidade. Mas, não receberão a bolsa.

Como destacamos acima o PNAIC tem como objetivo dar continuidade a esta formação dos professores alfabetizadores, estimulando sua participação e atuação através de dois pontos específicos os cursos de formação com direito ao certificado ratificado por instituições federais de ensino e a bolsa que funciona como ajuda de custo. Os valores são escassos se pensarmos nos custos dos grandes centros, mas em regiões longínquas, como Princesa Isabel-PB podem fazer a diferença na hora de

convocar os professores para atuarem de acordo com as atividades propostas no programa. Espera-se, apenas que o programa não se resuma a um auxílio do profissional que apesar de sua importância destacada e respaldada pela sociedade não vê refletido em seu contracheque a valorização salarial que lhe cabe pela atuação na sociedade.

Temos uma perspectiva, portanto, de profissionais multiplicadores de conhecimento que além de conhecer e discutir questões teóricas tem como objetivo aplicar em suas salas de aula do primeiro ciclo do Ensino Fundamental atividades direcionadas pensadas e planejadas com o objetivo de alcançar o desenvolvimento do processo de alfabetização deste alunado alvo do programa.

A partir do que foi exposto no site em relação à formação dos professores alfabetizadores, podemos perceber que estes receberam as informações mais atuais sobre as questões de língua portuguesa que são discutidas nos ambientes de pesquisa e ensino do país. Entre estas questões, como já abordamos no capítulo anterior, o letramento se destaca como objetivo final destas atividades, mas a prática que nos levaria a alcançar este objetivo que só se concretiza partindo de outras discussões como a utilização de outros recursos didáticos, entre eles jogos educativos e softwares que estimulem o processo de letramento do aluno.

Da mesma maneira deve-se discutir a importância do currículo e de seus eixos temáticos para que possa haver uma reflexão sobre o que deve ser ensinado e o porquê de determinados conteúdos serem privilegiados e destacados nos currículos em detrimento de outros. Sobre esta questão levantamos acima a discussão sobre o ato de se privilegiar as disciplinas de português e matemática em relação às disciplinas de ciências, história e geografia, apesar de que o simples fato do aluno conseguir adquirir a habilidade de letramento até os oito anos de idade já se torna uma grande proposta de revolução na forma de pensar e agir desta sociedade que se planeja para o futuro. Melhor ainda será quando pudermos conciliar este processo de interpretação e expressão do escrito com o raciocínio crítico proposto pelas demais ciências presentes em nossos currículos.

Cuidadosamente, portanto, os professores devem analisar os currículos propostos por estes programas nacionais, observando se não há uma diminuição excessiva da carga-horária das demais disciplinas que possam estimular o conhecimento diversificado e essencialmente a perspectiva crítica a respeito da sociedade. Deve-se ter o cuidado de promover a interdisciplinaridade dos conteúdos para facilitar esta adequação da distribuição das cargas-horárias propostas.

Dentro deste processo de ensino de alfabetização e das discussões a serem tratadas com os professores alfabetizadores há uma questão essencial que compromete todo o processo de desenvolvimento desta habilidade, o planejamento que se torna o passo inicial das atividades de ensino/aprendizagem, assim como a organização de uma rotina. Dentro destas atividades deve-se incluir a literatura, que por sua vez, através do lúdico estimulam a aprendizagem e a alfabetização.

Assim, o Pacto, como uma forma de estimular estas atividades, tem o objetivo de ampliar e diversificar a distribuição de materiais didáticos aprovados pelo PNLD, formando uma mini biblioteca dentro de cada sala de aula, por isso as referências teóricas do PNAIC sugerem leituras e discussões sobre o papel e a utilização das bibliotecas escolares.

1.3 - DOCUMENTO ORIENTADOR DO PACTO 2014

Atualmente um dos documentos que se destacam no site se refere à programação de 2014, em um documento formulado pela Coordenação de Formação Continuada de Professores DAGE/SEB/MEC, em janeiro do ano corrente. Sendo o foco deste ano o ensino de Matemática e tendo optado por discutir as questões de alfabetização e letramento.

Para a formação em Matemática, serão distribuídos a todos os professores alfabetizadores os doze cadernos de formação:

- Caderno de Apresentação
- Educação Matemática do Campo
- Educação Inclusiva
- Organização do Trabalho Pedagógico
- Quantificação, Registros e Agrupamentos
- Construção do Sistema de Numeração Decimal
- Sistema de Numeração Decimal e Operação
- Geometria
- Grandezas e Medidas
- Educação Estatística
- Saberes Matemáticos e outros campos do saber
- Jogos na Alfabetização Matemática (acompanha livro de Encarte)

A formação será desenvolvida com base na prática do professor, de modo que as singularidades do trabalho pedagógico sejam objeto de reflexão. Trata-se, portanto, de um curso estruturado segundo abordagem teórico-reflexiva, organizado em 12 unidades, sendo 8 unidades de formação, 1 unidade de apresentação, 2 unidades de referência e 1 caderno de jogos (acompanha livro de encarte). A abordagem dos conteúdos é em espiral, de modo que cada temática é retomada e aprofundada em unidades da formação posteriores. Em cada uma das unidades, há atividades permanentes como: a “leitura deleite” que propõe a leitura de textos literários com o intuito de evidenciar a importância desse tipo de atividade; as “tarefas de casa e escola” e a retomada do encontro anterior com a socialização das atividades realizadas de acordo com as propostas de trabalho em sala de aula; o planejamento de atividades a serem realizadas nas aulas seguintes ao encontro; e o estudo dirigido de textos, para o aprofundamento de saberes sobre conteúdos e estratégias didáticas.

Além das atividades permanentes, há também o aprofundamento de temas por meio de diferentes estratégias formativas, como: socialização de memórias, vídeo em debate; análise de situações de sala de aula; análise de atividades de alunos, de relatos de rotinas, sequências didáticas, projetos didáticos e de planejamento de aula; análise de recursos didáticos; exposição dialogada; elaboração de instrumentos de avaliação e discussão de seus resultados e avaliação da formação.

Para o aprofundamento e ampliação de estudos das temáticas iniciadas em 2013, as IES utilizarão os cadernos de formação distribuídos naquele ano e outros materiais produzidos e selecionados para o ano de 2014. Os novos materiais produzidos pelas universidades serão publicados no site do Pacto para a socialização com as demais universidades formadoras. Caberá a cada IES formadora a elaboração desses materiais, observando a concepção de formação subjacente à proposta desenvolvida em 2013 e os conteúdos e abordagens constantes dos cadernos da formação distribuídos pelo MEC em 2013.

As IES deverão compartilhar essa produção com as demais, inserindo esse material no Portal do Pacto. Para cada conteúdo inserido pela IES, deverá ser preenchida uma ficha de identificação com orientações de utilização desse material pelos participantes da formação. As orientações de utilização devem conter o tipo de material (impresso, vídeo, animação etc.) e o conteúdo (tema, componente curricular, o objetivo desse material e instruções para sua utilização). Para a definição dos locais

onde se realizarão os encontros de formação com os Orientadores de Estudos, sugere-se que as IES discutam em reunião da Comissão Institucional ou, no caso de não funcionamento desta, em reunião promovida pela Secretaria Estadual. Recomenda-se que as IES façam mapeamento georreferencial, a fim de garantir e facilitar o acesso dos cursistas à formação, evitando-se deslocamentos de longa distância. Além disso, recomenda o levantamento de infraestrutura local como serviços de comunicação, hotéis, restaurantes e transporte, condição das estradas e outros.

CAPÍTULO 2

OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS SOBRE OS EIXOS PREVISTOS PELO PNAIC

Todo esse processo e esta busca por uma alfabetização letrada irá ocorrer a partir da efetivação de três eixos de atuação: o primeiro desses eixos está centrado na Formação Continuada de Professores Alfabetizadores que será ministrado em 02 anos (curso presencial) par aos professores alfabetizadores. Este curso de 120 horas, será conduzido por professores de universidades públicas, com a participação de orientadores de estudo (professores municipais e estaduais); o segundo eixo diz respeito aos materiais didáticos e pedagógicos que serão enviados para as escolas considerando o número de turmas de alfabetização. Este material é constituído de livros didáticos com os respectivos manuais de orientação para os docentes; títulos pedagógicos complementares aos livros didáticos e dicionários de língua portuguesa, jogos pedagógicos de apoio à alfabetização, obras literárias e de pesquisa além de tecnologias educacionais de apoio à alfabetização. O terceiro eixo abrange três componentes essenciais: as avaliações processuais, discutidas durante o curso de formação. Por serem processuais, devem ocorrer de forma continuada; a disponibilização de um sistema para a inserção dos dados relativos a Provinha Brasil; uma avaliação externa, sob a responsabilidade do INEP.

2.1 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

Uma das principais propostas presente no PNAIC trata-se da perspectiva de formação continuada dos professores alfabetizadores, constituindo-se como um projeto que visa integrar projetos anteriores de alfabetização nacional e propostas futuras de forma que este material humano possa sempre participar das ações governamentais e implementar as propostas de ensino vinculadas ao respectivo período de atuação do projeto, permitindo assim a sua continuidade e manutenção dos exercícios.

Como pode ser observado na portaria nº 867/2012, a questão da formação continuada de professores e avaliação aparecem como pontos estratégicos do referido programa. Registra-se, também, conforme a portaria nº 1.458/2012 que a bolsa dos professores alfabetizadores e orientadores será financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, no

artigo 1º, incisos I e II respectivamente, ficam definidos os valores de R\$ 200,00 (duzentos Reais) para os professores alfabetizadores e de R\$765,00 (setecentos e sessenta e cinco Reais) para os professores orientadores.

O fato de os professores alfabetizadores receberem bolsa, mesmo sendo um valor que se configura como uma ajuda de custo deve ser considerada um avanço na política de formação docente promovida pelo MEC, tendo em vista que os professores cursistas do Pró-Letramento não recebiam tal auxílio para participarem da formação.

A formação de professores consiste em um curso presencial destinado aos professores alfabetizadores com duração de dois anos, com carga horária de 120 horas por ano, baseado no Programa Pró-letramento que tem como proposta de trabalho estudos e atividades práticas sendo conduzidos por professores orientadores. Registra-se também que na formação continuada promovida pelo Pacto Nacional em 2013 será enfatizada linguagem e em 2014 será enfatizada a matemática (MANUAL DO PACTO, 2012). Em relação à avaliação é preciso retomar o registro de que a partir de 2014, somada às avaliações nacionais que já são aplicadas aos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, ocorrerá a aplicação de uma prova pelo INEP, semelhante a Provinha Brasil, apontada como fator determinante para a implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

2.2 MATERIAIS DIDÁTICOS

Um dos principais pontos positivos do PNAIC é a distribuição de material didático nas redes de ensino. Consideramos esta prática positiva por possibilitar um amplo acesso ao conhecimento que vem disponibilizado nestes documentos e permitir que o professor aplique as atividades correlacionadas com o programa e que objetivam o estímulo da alfabetização e do letramento.

O programa objetiva distribuir os seguintes materiais didáticos: livros didáticos (entregues pelo PNLD) e respectivos manuais do professor; obras pedagógicas complementares aos livros didáticos e acervos de dicionários de Língua Portuguesa (também distribuídos pelo PNLD); jogos pedagógicos de apoio à alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa (entregues pelo PNBE); obras de apoio pedagógico aos professores; jogos e softwares de apoio à alfabetização.

Além de novos conteúdos para alfabetização, também foi previsto o aumento da quantidade de livros e jogos entregues às escolas, pois cada turma receberá um acervo, podendo criar uma biblioteca acessível a crianças e professores na própria sala de aula.

Entre estes materiais podemos destacar os manuais voltados para os professores, em especial, os direcionados à formação destes. Além de amplamente bem elaborados, estes manuais estão integralmente publicados no site do PNAIC, garantindo livre acesso dos profissionais de educação aos conteúdos abordados no programa. Especificamente no material referente ao ensino de português/alfabetização, podemos destacar a relevância dos conteúdos apresentados, as referências bibliográficas sugeridas e a exposição de forma clara e objetiva da teoria que envolve o trabalho de alfabetização e letramento proposto pelo programa.

Ao analisarmos o manual destinado aos professores e referente à formação continuada, e as perspectivas do Pacto diante deste propósito, observamos que o principal objetivo desta prática contínua de especialização tem como propósito vincular, o ensino, os professores e as metodologias com o contexto social que vivenciamos. O texto *“Formação de professores: princípios e estratégias formativas”* destaca o desenvolvimento do ensino ao longo do percurso histórico da humanidade, destacando momentos em que o ato de lecionar teve de passar por transformações e se adequar as exigências do período em que se encontrava. Desta forma, nos dias atuais, devemos como professores alfabetizadores se adequar as exigências do mercado e de nosso público, ou seja, do alunado, das escolas de ensino público, mas de forma que possam receber informações e conhecimentos suficientes para a adequação e sociabilização de na atualidade.

Assim como o aluno, o professor alfabetizador, no papel de aluno do curso de formação, irá encontrar novas perspectivas e propostas para dar continuidade ao Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa. O texto *Formação de professores: princípios e estratégias formativas*, destaca a importância de se diferenciar a formação inicial e suas possibilidades, da formação continuada, destacando que na segunda opção os professores orientadores irão lidar com profissionais, com experiências práticas, em quanto os profissionais iniciais procuram, ainda romper as barreiras entre a teoria (referente a toda a carga teórica e informativa que receberam em seus cursos iniciais) e a prática (no caso das salas de aula, em especial, de alfabetização podem trazer

situações não previstas nas cadeiras universitárias, com as quais os profissionais só saberão lidar e administrar a partir do convívio cotidiano com os alunos e as escola).

Outro ponto relevante destacado no texto se refere ao fato da formação continuada, diferentemente da formação inicial, ser proposta pelas instituições ao invés de ser uma atitude particular do professor, em geral, é colocada uma política pública que ao final exige o cumprimento de metas e atividades específicas originalmente designadas.

“Muitas vezes, a formação está inserida em um discurso institucional que, a partir de diversos interesses, obriga o professor a participar de Programas de estudo que intentam fazer com que ele se desenvolva profissionalmente, no sentido de melhorar seu desempenho na sala de aula e, sobretudo, de melhorar a aprendizagem dos seus alunos. Consequentemente, seu poder de decisão sobre interromper ou dar continuidade à atividade é, muitas vezes, reduzido. Ele também pode ter baixa participação na definição das metas e estratégias formativas, o que resulta em conflitos com as agências responsáveis pela sua formação (FERREIRA E LEAL, 2010, p. 69).”

Como podemos observar na citação acima, esta força extrínseca que leva o professor a participar destas formações pode resultar em algo negativo, caso ele considera esta uma imposição e uma tarefa sufocante. Antes mesmo, da teoria e das propostas metodológicas as equipe de formação, assim como as instituições que as administram de uma forma em geral deve promover o interesse do professor alfabetizar de forma que possa conquistar o seu engajamento. O manual do PNAIC (sobre formação) se propõe a realização desta tarefa, quando destaca como princípios e estratégias formativas os seguintes pontos: a prática da reflexividade; a mobilização dos saberes docentes; a constituição da identidade profissional; a socialização; o engajamento e a colaboração.

Com relação à prática da reflexividade o texto aponta que sua utilização nos cursos de formação é extremamente relevante já que as teorias educativas não são estáticas e modificam-se completamente, dessa forma esta atividade auxilia na análise de situações através de diferentes ângulos (em especial, através de seu próprio movimento em situações práticas), refletindo nas ações e atitudes a serem tomadas nas salas de aula.

A mobilização dos saberes docentes é o segundo princípio abordado para o bom desenvolvimento do trabalho do formador. É essencial perceber que os profissionais que estão vivenciando a formação continuada já possuem um saber sobre a sua profissão. O

mais importante, portanto, é que estes professores compreendam que o que já sabem pode ser modificado, ratificado, refeito ou, mesmo, abandonado. Já que as teorias e práticas metodológicas vinculadas à educação estão em constante transformação. Aliás, muito além das metodologias, a própria sociedade se encontra em constante transformação devendo este profissional se adequar as diferentes realidades com as quais venha a trabalhar.

Para que esta compreensão ocorra de maneira mais rápida é importante dar voz aos professores, trazer à tona o saber que eles possuem e colocá-lo em pauta a partir de determinadas temáticas sobre a escola, o fazer pedagógico e o mundo (por meio dos documentos oficiais, propostas curriculares, pesquisas científicas, etc.) para serem conhecidos pelos professores. Ou melhor, colocar em cena saberes diversos para que eles sejam confrontados, estudados, analisados e aprendidos. O PNAIC sugere, portanto, a construção de um *patchwork* (colcha de retalhos) de conhecimentos, onde o professor irá coordenar seus saberes prévios com as novas informações trazidas pelos cursos continuados, devendo direcioná-los para a prática mais adequada a sua realidade.

A constituição da identidade profissional trata-se de outro ponto central no debate sobre formação continuada, a proposta do PNAIC se configura em construir uma imagem positiva da atividade do professor. O *ser professor* é uma expressão que diz respeito principalmente aos aspectos que se relacionam à pessoa que ensina: a história do professor, suas memórias, o seu engajamento, sua socialização com os outros, seus problemas: escolas com dificuldades diversas, formação inicial precária, salários baixos, entre outros.

Aprender a ser professor inclui construir representações sobre a atividade profissional e desconstruir a imagem negativa imposta aos profissionais da educação. Na formação continuada, portanto, é necessário investir na construção positiva da identidade profissional coletiva, reforçando a importância e a responsabilidade dessa atividade no contexto social.

A socialização deve ser trabalhada nos cursos de formação continuada já que a prática da educação configura-se como um trabalho coletivo, o professor alfabetizado é o agente direto desta atividade, mas a escola como um espaço orgânico de promoção da educação e da interação social deve ser visualizada a partir de sua coletividade. Dessa

forma, o professor não trabalha sozinho e deve exercitar suas habilidades comunicativas. Desse modo, nas formações, o docente deve ser estimulado a trabalhar, a comunicar-se por meio de atividades em grupo, exercitando a troca de turnos entre os pares, a argumentação e, sobretudo, a intervenção com colegas e com alunos. Esse exercício pode contribuir tanto para o desenvolvimento profissional como pessoal.

O engajamento ao ser trabalhado nas formações favorece o desenvolvimento de um espaço de constante busca pelo saber, onde o professor enquanto profissional engajado irá buscar se envolver e conhecer as novas possibilidades de práticas pedagógicas, além de apresentar durante as atividades das formações as suas próprias experiências e conhecimentos prévios já utilizados em sua prática da sala de aula.

Busca-se por meio da colaboração, nas formações, um aprendizado coletivo, através do qual os professores exercitem a participação, o respeito, a solidariedade, a apropriação e o pertencimento. Procura-se romper com o individualismo e o aspecto de unilateral presente, em geral, nas formações, onde se cria um ambiente onde o professor alfabetizador estivesse naquele momento como mero espectador, quando na realidade a sua colaboração no desenvolvimento e planejamento das atividades são indispensáveis.

2.3 - AVALIAÇÃO

O terceiro eixo de atuação do PNAIC diz respeito ao processo de avaliação que, no caso, por ser processual, merece uma atenção diferenciada, visto que é essa avaliação a ser feita com a aplicação do instrumento denominado “Provinha Brasil” que deveria e deve funcionar como termômetro dos resultados a serem alcançados pelos alunos de turmas de alfabetização.

No caso do PNAIC a novidade está na disponibilização de um sistema para a inserção dos dados relativos a Provinha Brasil. Anteriormente, esses resultados, de certa forma, ficavam restritos às Secretarias de Educação, pela falta desse sistema. A aplicação desse instrumento avaliativo, seguindo as orientações do MEC, tem como principal objetivo realizar um diagnóstico do nível de alfabetização das crianças ainda nos primeiros anos de escolarização e propiciar que, a partir desse diagnóstico, as crianças avancem em seu processo de alfabetização. Esse instrumento de avaliação é

encaminhado pelo MEC para as prefeituras municipais em duas etapas, uma no início do primeiro semestre e outra no final do segundo.

As ações desse processo de avaliação, nas redes municipais de ensino de certa forma, podem ser caracterizadas como extremamente avançadas, visto que visam à minimização de possíveis dificuldades apresentadas nas áreas de leitura e escrita. O instrumento de avaliação “Provinha Brasil” foi elaborado para “oferecer aos professores e aos gestores das escolas públicas um diagnóstico do nível de alfabetização dos alunos, ainda no início do processo de aprendizagem, [...]” (Provinha Brasil – Passo a Passo, 2009, p.5).

De acordo com o documento do MEC, intitulado “Indicadores da qualidade na educação”, (2005), um dos maiores objetivos da escola é fazer:

“[...] com que os alunos aprendam e adquiram o desejo de aprender cada vez mais e com autonomia. Para atingir esse objetivo, é preciso focar a prática pedagógica no desenvolvimento dos alunos, o que significa observá-los de perto, conhecê-los, compreender suas diferenças, demonstrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e incentivar suas potencialidades.”

Os resultados da 1ª etapa da “Provinha Brasil” servem, portanto, de parâmetro para o planejamento das aulas, para a elaboração de estratégias de intervenção, focalizando o que os alunos precisam efetivamente aprender e, principalmente, para que o processo de alfabetização ocorra a partir do conhecimento que os alunos certamente já detêm.

Em termos metodológicos, todo o processo de planejamento e de vivência das atividades pedagógicas seguiu a seguinte direção: a que compreende todas as manifestações de linguagem (alfabética/verbal e não-verbal) representadas em determinados gêneros textuais adequados à faixa etária dos alunos, ou seja, em uma perspectiva discursiva e interacionista (BAKHTIN, 1992) que vê a linguagem como uma realidade social, histórica e multifacetada, cujo objeto concreto, resultante desse processo, é o texto ou discurso.

Dessa forma, sugerimos, que, para que esse processo de avaliação encaminhe todo o processo de alfabetização/letramento para resultados satisfatórios, sugerimos que sejam observadas as seguintes etapas:

- Apresentação do instrumento de avaliação e discussão com os professores acerca do processo de aplicação da “Provinha Brasil”.
- Aplicação do instrumento de avaliação denominado “Provinha Brasil.” (1ª etapa)
- Avaliação dos resultados da 1ª etapa da “Provinha Brasil.”
- Planejamento e aplicação de estratégias de intervenção em salas de aula (espaços educativos) em turmas de alfabetização.
- Avaliação contínua das atividades realizadas, por meio de acompanhamento sistemático realizado a cada quinze dias.
- Aplicação do instrumento de avaliação denominado “Provinha Brasil.” (2ª etapa)
- Avaliação dos resultados da 2ª etapa da “Provinha Brasil.”
- Confrontação dos resultados alcançados na primeira etapa com os resultados alcançados na segunda etapa.
- Divulgação dos resultados alcançado, por meio da inserção dos dados no sistema.

No que diz respeito ao planejamento e à vivência de estratégias de intervenção pedagógica, faz-se necessário ressaltar que os alunos com diferentes níveis e ritmos de aprendizagem, para não se sentirem excluídos, devem receber, em sala de aula, a atenção que precisam, para avançar no processo de alfabetização.

Esse processo de avaliação do nível de leitura e de escrita dos alunos ocorre, portanto, em quatro fases: 1. Fase diagnóstica (1ª etapa – Provinha Brasil); 2. Fase de intervenção/acompanhamento pedagógico; e 3. Fase de avaliação (contínua). 4. Fase de avaliação (2ª etapa – Provinha Brasil).

No que diz respeito aos diversos domínios do processo de alfabetização, é desejável que os alunos demonstrem ter os seguintes conhecimentos:

Domínio do Sistema de Escrita: diferenciação entre letras e outros sinais gráficos, reconhecimento das letras do alfabeto e suas diferentes formas de escrita, discriminação de palavras como unidades gráficas, reconhecimento de sílabas e da relação entre grafema e fonema, reconhecimento da ordem alfabética.

Domínio da Leitura: ler palavras, localizar informação em texto, inferir informação, identificar assunto de um texto, antecipar assunto do texto com base em título, subtítulo, imagens, identificar finalidades do texto com base na identificação do suporte e do gênero.

Domínio da Escrita: escrita de palavras e frases.

(Anexo III- Provinha Brasil- Descritores de desempenho)

Portanto, partindo do pressuposto de que a escola deve ser responsável pelo processo de alfabetização das crianças na idade certa, o educador neste processo torna-se peça fundamental para o sucesso total do estudante das séries iniciais. É ele que promoverá situações pedagógicas voltadas para esse processo, que colocará em prática estratégias de intervenção centradas nas dificuldades dos alunos, para aprender a ler e a escrever.

Por essa razão o investimento na formação do professor alfabetizador é a primeira e a principal etapa de todas as ações que são necessárias para um efetivo processo de alfabetização das crianças na idade certa. Isto porque o professor é a figura central desse processo e, infelizmente, no Brasil, ainda existem professores sem uma formação adequada e sem oportunidade de participar de cursos de formação continuada.

É na etapa inicial da vida escolar do indivíduo que se desenvolve o gosto pela prática da leitura e da escrita. Para isto é necessário que o educador no espaço da sua sala de aula, venha a se utilizar de métodos adequados que venham a despertar a atenção dos futuros leitores e escritores. Em suma, que esse professor alfabetizador tenha a consciência de que uma criança alfabetizada e letrada é uma criança que é capaz de

interagir por meio de textos escritos em diferentes situações; é uma criança que lê e produz textos para atender a diferentes propósitos e que, portanto, compreende e faz uso dos códigos matemáticos e do sistema alfabético de escrita.

2.4 - CONTROLE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O arranjo institucional proposto para gerir o Pacto é formado por quatro instâncias: a) um Comitê Gestor Nacional; b) uma coordenação institucional em cada estado, composta por diversas entidades, com atribuições estratégicas e de mobilização em torno dos objetivos do Pacto; c) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios; e d) Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede. Ainda neste eixo, destaca-se a importância do sistema de monitoramento que será disponibilizado pelo MEC, destinado a apoiar as redes e a assegurar a implementação de diferentes etapas do Pacto.

Por fim, ressalta-se também a ênfase do MEC no fortalecimento dos conselhos de educação, dos conselhos escolares e de outras instâncias comprometidas com a educação de qualidade nos estados e municípios.

CAPÍTULO 3

PERSPECTIVAS DO PNAIC SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Neste ano de 2014, o processo de *alfabetização* de crianças na idade certa está sendo contemplado pelo programa do Governo Federal denominado PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, cujo principal objetivo é assegurar que o Distrito Federal, os estados e municípios garantam que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade que coincide com o final do 3º ano do ensino fundamental. Esse processo de construção do conhecimento alfabético pode caminhar junto, evidentemente, com o processo de letramento.

Para alfabetizar e letrar a criança se faz necessário que, em lugar de esperar que os alunos desenvolvam sozinhos suas habilidades, a escola alimente a reflexão sobre as palavras, observando, por exemplo, que existem palavras maiores que outras e que algumas palavras rimam e que outras certas palavras têm “pedaços” iniciais parecidos, e que aqueles pedaços se escrevem muitas vezes com as mesmas letras.

Nesse sentido,

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES, 2003).

Não se trata de isolar fonemas para que os alunos memorizem os grafemas a eles correspondentes em nossa língua. Como o aprendizado do sistema de escrita alfabética é, sobretudo, conceitual, o que é necessário é que os alunos possam manipular/montar/desmontar palavras, observando suas propriedades: quantidade e ordem de letras, letras que se repetem e letras que nunca aparecem em determinada posição, pedaços de palavras que se repetem e que, coincidentemente, têm som idêntico.

Apesar de termos vivido um amplo debate, nas últimas décadas, sobre o ensino e a aprendizagem da língua escrita, observamos que, em muitas escolas públicas e

particulares de nosso país, ainda continua se praticando um ensino de *alfabetização* limitado a cartilhas e “métodos”. Dessa forma torna-se difícil o aluno assumir papel de “sujeito” de sua aprendizagem, aprendendo a refletir sobre processos de construção de leitura e de escrita, visto que, na maioria das vezes, desenvolvem tarefas essencialmente mecânicas, como cópias e junção de sílabas sem objetivos claros definidos.

As concepções de alfabetização, nas últimas décadas geraram um novo conceito que é o letramento. Segundo o dicionário Houaiss (2001), letramento é um “conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito”. O termo letramento é a versão para o português da palavra *literacy*, que significa o estado ou condição que assume quem aprender a ler e escrever. No Brasil, no entanto, o termo letramento não substitui a palavra *alfabetização*, mas aparece associado a ela. Para Soares (2003), o termo *alfabetização* corresponde ao:

“[...] processo pelo qual se adquire uma tecnologia, a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e para escrever, já o letramento, relaciona-se ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita.”

Atualmente sabemos que o efetivo exercício da leitura e da escrita pressupõe muito mais que ser capaz de ler e escrever um bilhete simples, critério usado por órgãos oficiais para fazer censos educacionais até os anos de 1970. Entendemos hoje que o domínio da escrita alfabética é um conhecimento necessário para que alguém seja de fato cidadão letrado. Mas, precisamos ter clareza de que aquele conhecimento não dá conta do aprendizado dos diferentes gêneros textuais e de suas funções e de seus usos no cotidiano. Julgamos essencial, conseqüentemente, aproveitar as oportunidades para fornecer, desde cedo, uma ajuda sistemática que propicie ao aprendiz interagir com a língua numa perspectiva reflexiva.

Nesse contexto, a alfabetização:

[...] é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reproduzidor

de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática.” (Portal do MEC)

Letramento, nas palavras de Marcuschi (2001):

“é um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, ‘letramentos’ [...] Distribui-se em graus de domínios que vão de um patamar mínimo a um máximo” (p.21). Quanto a escolarização define-a este autor como “uma prática formal e institucional de ensino que visa a uma formação integral do indivíduo, sendo que a alfabetização é apenas uma das atribuições/atividades da escola. A escola tem projetos educacionais amplos, ao passo que a alfabetização é uma habilidade restrita” (MARCHUSCHI),2001, p.22).

Essa tarefa exige, basicamente, o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos alunos relacionados à leitura, à escrita e ao raciocínio lógico, a fim de permitir uma compreensão crítica das informações por parte das crianças, nas séries iniciais, ou seja, na idade certa.

O aluno, por sua vez, apresenta dificuldade que muitas vezes é resultante da insuficiência no desenvolvimento de sua capacidade de abstração, que vai interferir diretamente na sua capacidade de análise e síntese necessárias à apreensão dos conteúdos escolares. Daí surge o desafio do professor de exercer com o aluno uma relação de ensino-aprendizagem mais construtiva.

De acordo com os princípios do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, quatro aspectos deverão ser considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico:

a) O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;

b) O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação

Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;

c) Os conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir;

d) A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem”.

(Portal do MEC).

Faz-se necessário observar que o sentido restrito do ler e do escrever pode ser simplesmente técnico, baseado na simples decodificação de letras, sílabas, palavras soltas. Isto é o que alguns resultados de pesquisas vêm revelando, quando constataam a falta de capacidade dos alunos de atribuir ou de inferir sentido a um texto. O processo de alfabetização sempre existiu e classificava seus alunos de alfabetizados ou analfabetos. Isso bastava para apontar dados dos números de analfabetos no país, dos programas de alfabetização, dos quadros de rendimentos escolares, entre outros. Com o desenvolvimento social e o crescente avanço tecnológico fomos descobrindo as falhas no nosso sistema de alfabetização e percebendo o quanto ele estava fraquejando sem dar conta das necessidades de cada aluno.

Sentindo necessidade de interagir com outras crianças, com seus familiares, a criança produz linguagem, superando os limites de sua condição natural. Dessa forma, ao conhecer e utilizar o sistema alfabético não pode se restringir tão somente ao ato de ler e escrever, é necessário um amplo desenvolvimento da condição leitora e escritora diante dos códigos escritos.

Nesse sentido, toda unidade de ensino deve valorizar os processos de alfabetização e letramento, para que os códigos linguísticos e matemáticos sejam contemplados em diferentes situações ou contextos sociais, com diversas funções. Por essa razão é importante que os alunos dos anos iniciais, tenham, nessa fase escolar, um domínio razoável dos usos dos códigos linguísticos e matemáticos. A escola, com toda

a sua equipe pedagógica e com todos os professores alfabetizadores, precisa desenvolver nos alunos as habilidades necessárias às práticas de letramento.

Na visão de Rubem Alves:

Bons professores, como a aranha, sabem que lições, essas teias de palavras, não podem ser tecidas no vazio. Elas precisam de fundamentos. Os fios, por finos e leves que sejam, tem de estar amarrados a coisas sólidas: árvores, paredes, caibros. Se as amarras são cortadas a teia é soprada pelo vento, e a aranha perde a casa. Professores sabem que isso também vale para as palavras: separadas das coisas, elas perdem seu sentido. Por si mesmas elas não se sustentam (ALVES, 2001, p. 19).

No que diz respeito ao letramento matemático, as orientações apresentadas no material pedagógico do PNAIC viabilizam para o professor e, conseqüentemente, para os alunos, a tradução de conteúdos matemáticos centrados em uma prática, no uso diário de noções que permitem realizar “várias leituras de mundo, levantar conjecturas e validá-las, argumentar e justificar procedimentos” (PNAIC, 2012).

A sala de aula que vise à Alfabetização Matemática do aluno, tal como concebida neste material, deve ser vista como um ambiente de aprendizagem pautado no diálogo, nas interações, na comunicação de ideias, na mediação do professor e, principalmente, na intencionalidade pedagógica para ensinar de forma a ampliar as possibilidades das aprendizagens discentes e docentes. Tal intencionalidade requer um planejamento consistente do professor, uma sala de aula concebida como uma comunidade de aprendizagem e uma avaliação processual e contínua do progresso dos alunos, bem como dos vários fatores intervenientes no processo como: a prática do professor, o material e a metodologia utilizados, dentre outros (PNAIC).

Para realizar esta atividade o PNAIC propõe em seu caderno de formação dos professores alfabetizadores, uma ampliação do currículo escolar nas primeiras séries do ensino fundamental, voltado para os direitos de aprendizagem das crianças. Dessa forma, o texto pretende refletir sobre a relevância do currículo vinculado ao processo de alfabetização e conseqüentemente de letramento, como destacamos no texto acima. O caderno de formação de professores propõe, portanto, uma reflexão sobre o que é o currículo e qual a sua importância neste processo de alfabetização letrada que deve

avaliar o ser social que estará disponível para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possam ocorrer metodologicamente favoráveis ao desenvolvimento desta habilidade dos alunos, dentro de um período determinado de tempo. Assim o currículo deve relacionar o lugar social dos alunados, o conteúdo que deve ser abordado, as experiências, as formas de ensino, os objetivos, aos procedimentos e processos avaliativos.

Para isso o ciclo de alfabetização deve ser interdisciplinar sem fragmentação óbvia dos conteúdos, e de forma contínua ao longo dos três anos, já que um mesmo conteúdo pode ser apresentado com diferentes níveis de aprofundamento. Essa é uma das principais propostas do Pacto, trabalhar os conteúdos de forma continuada com foco na apreensão dos conteúdos por parte do alunado, da mesma forma que as atividades desenvolvidas pelos professores seguem metodologias de ensino que são repassadas continuamente por diferentes programas apresentados pelo Governo Federal e que tem como objetivo alcançar o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita do público alvo.

Cruz e Albuquerque (2012) apresentam a alfabetização como um ato político que deve formar uma classe pensante, motivada e ativa para a sociedade, dessa forma percebe, também, que a alfabetização não se aproxima em nada de um método neutro, já que, deve formar cidadãos e cabeças pensantes na sociedade de forma que este alunado possa ler de forma crítica, não, apenas os códigos de escrita, mas o mundo e as informações contidas nas entrelinhas de uma forma geral. Um conceito de alfabetização que a afasta da perspectiva tradicional de apresentá-la como um processo mecânico de simples decodificação das letras. Os alunos serão, portanto, crianças alfabetizadas (são capazes de ler e produzir textos de diferentes gêneros orais e escritos) e não apenas alfabéticas (conseguem, apenas, decodificar os sistemas de escrita).

As autoras pontuam, ainda, que por se tratar de algo complexo e que deve ter uma relação direta com a conscientização e a leitura crítica de mundo, a alfabetização não deve ser considerada como algo “chato”, mas interessante e atrativo para o alunado que será apresentado ao mundo das letras de forma lúdica.

Cruz e Albuquerque (2012) apresentam as perspectivas dos autores (FERREIRO e TEBEROSKY, 1979) sobre o processo de alfabetização, pontuando as possibilidades de participação ativa do alunado no percurso de sua aprendizagem. Para

estas autoras, quando o aluno percebe onde se equivocou e compreende os seus erros, conseguem assim perceber os significados e os princípios que constituem o nosso sistema de notação. O caminho que normalmente o aluando deveria seguir para alcançar o domínio sobre o SEA inicia-se com a percepção da criança de que a escrita alfabética, presente no papel, são os sons das partes orais das palavras e que o faz considerando segmentos sonoros menores que a sílaba.

Passando por diversas fases, desde uma hipótese pré-silábica de escrita na qual o aprendiz não faz correspondência entre os segmentos orais e escritos das palavras até a fase alfabética, quando percebe que as palavras são compostas de unidades sonoras como as sílabas e fonemas.

No final do 2ºano, por exemplo, é preciso que os alunos dominem as correspondências entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a ler e escrever palavras formadas por diferentes estruturas silábicas, além de saberem segmentar as palavras na escrita de textos e utilizarem diferentes tipos de letras de acordo com as situações de leitura e produção de textos diversos.

As autoras chegam a mencionar o texto de Soares (2003), onde, as estatísticas afirmam que a “alfabetização passou a ser obscurecida pelo letramento, perdendo sua especificidade no contexto brasileiro” (p.16). Dessa forma, busca nas perspectivas de Magna Soares (2003), o caminho da alfabetização letrando, mas afirmando a necessidade extrema de que deve haver um equilíbrio entre os dois processos.

A avaliação é outro aspecto que leva a conclusão deste processo, com a perspectiva de monitorar o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem das crianças. Tendo como objetivo regular e principalmente adaptar a prática pedagógica às necessidades dos alunos, considerando nesse processo avaliativo o professor, o aluno, a escola e a família. Dessa forma, agrega a criança ao processo de construção do conhecimento, considerando todas as variáveis possíveis. Esta avaliação configura-se como sendo diagnóstica e possibilitando o aperfeiçoamento das atividades alfabetizadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho teve como objetivo analisar as perspectivas propostas pelo PNAIC em relação à alfabetização e ao letramento, além de avaliar a função e as possibilidades de utilização do site do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, como ferramenta de auxílio à formação do professor alfabetizador.

Constatamos que a proposta do Governo Federal para o PNAIC possui um aporte teórico bem substancial e bem disseminado já que foi implantado em uma base de dados que garante acesso a todos os participantes do programa que possuam acesso à Internet, no caso mesmo os professores eu não estiverem devidamente vinculados ao programa, também, podem acessar o site e ter a possibilidade de entrar em contato com todas as informações presentes no site.

Além de fácil acesso as informações presentes no site do PNAIC estão bem distribuídas e organizadas dentro do site, com referenciais teóricos bem atualizados e com textos bem elaborados que levam os professores alfabetizadores a reflexões atuais sobre o processo de alfabetização. Outro ponto que deve ser destacado em relação ao programa é a sua perspectiva de formação continuada, já que o PNAIC faz parte de uma proposta maior de alfabetização nacional, onde se aproveita todas as informações repassadas em programas anteriores, além do próprio corpo de professores, como no caso dos professores que trabalharam no PRÓ-LETRAMENTO.

Apenas uma das questões que nos preocupou desde o princípio de nossa pesquisa e que acabou se concretizando em parte é a preocupação do Governo com a Alfabetização em si em contraposição ao letramento. Nas discussões teóricas levantadas no manual e nos cadernos de formação dos professores, os autores dos materiais teóricos destacam a importância de se alfabetizar letrando, seguindo as propostas de autores variados como Magna Soares, contudo, ainda pontuam em alguns momentos a relevância da alfabetização como conhecedor de códigos, mas sempre destacando a necessidade de haver um equilíbrio entre o letramento e a alfabetização.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

SOARES, M. **Letramento um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

LUZ, Iza Cristina Prado da. **Política de formação continuada de professores: a repercussão do programa Pró-letramento no trabalho de professores de escolas públicas**, 2012. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPA. Belém.

Sites

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento**: Repensando o Ensino da Língua Escrita. In: www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm Acessado em 15/01/2014

CRUZ, Magna do Carmo Silva. “Currículo no ciclo de alfabetização: ampliando o direito de aprendizagem a todas as crianças”. In: Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa** : currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem : ano 2 : unidade 1 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília : MEC, SEB, 2012.

DA LUZ, Iza C. Prado e FERREIRA, Diana L. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa**: Formação, Avaliação e Trabalho Docente em Análise. In: www.anpae.org.br Acessado em 15/01/2014

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Sociedade & Educação**. Campinas, v.33, n.119, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302012000200004&lng=t
Acessado em: 20/03/2014.

FERREIRA, A., T. B. e LEAL, Telma F. A formação continuada de professores: enfim o que pensam e sugerem os docentes? In: **Formação continuada de professores: Reflexões sobre a prática**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização e Letramento**: considerações sobre a prática pedagógica no ensino da língua. In: www.nupemarx.ufpr.br Acessado em 07/02/2014.

KLEIMAN, Angela. B. (org), **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, Mercado das Letras, 1995.

MAINARDES, Jefferson. **Análise de políticas educacionais**: breves considerações teórico-metodológicas. In: CONTRAPONTO – Volume 9 nº 1 – pp.4-16 – Itajaí, jan/abr 2009. www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/download/971/828
Acessado em 15/01/2014

VARGAS, Ana Lúcia S. e LOPES, Ana Maria L. **O letramento e o papel do professor num processo Interdisciplinar de construção de conhecimentos**. In: www.unifra.br
Acessado em 16/01/2014

www.pacto.mec.gov.br Acessado em 10/01/2014

MIOTO, Regina Célia Tamasso e DE LIMA, Telma Cristiane Sasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007 In:
<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf> Acessado em 13/02/2014

SOARES, Magda Becker. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. In: 26ª Reunião Nacional da ANPEd, 2003, Caxambu. Anais da 28ª Reunião Nacional da ANPEd, Caxambu: 2003, p. 1 – 18.